



## Relatório Circunstanciado

### Informações preliminares:

Trata-se de solicitação do Ministério Público do Trabalho para realização de ação fiscal em face de [REDACTED] com propriedade na localidade de [REDACTED] zona rural de Rio Pardo/RS.

A solicitação se deu com base em denúncia registrada junto ao MPT nos seguintes termos: "Denunciante afirma que [REDACTED] é submetido a trabalho em condições análogas às de escravo. Presta serviços para [REDACTED] na localidade de [REDACTED] interior de Rio Pardo. O local de trabalho é perto da fazenda do [REDACTED]. O empregado trabalha como caseiro na propriedade e o noticiante acredita que ele não recebe salário nem outros encargos trabalhistas. Afirma que o empregado fica atirado lá. O local tem prédios velhos e bem precários. O empregado fica abandonado no local. Há um processo trabalhista de [REDACTED] número 0020115-72.2022.5.04.0733, que o denunciante entende que se trata de simulação para fraudar credores de [REDACTED]."

A denúncia foi incluída no planejamento de força-tarefa coordenada pelo MTE e composta pelo MPT e PF, que foi realizada no período de 20/01/25 até 23/01/2025, para atendimento a demandas envolvendo possíveis situações de trabalho escravo na região do Vale do Taquari e do Vale do Rio Pardo (Gerências Regionais do Trabalho de Lajeado e Santa Cruz do Sul).

### Da ação fiscal:

No dia 21/01/2025, força-tarefa composta pelo MTE, MPT e PF realizou inspeção na propriedade rural de [REDACTED] CPF nº [REDACTED] situada na localidade de [REDACTED] zona rural do município de Rio Pardo/RS, sob coordenadas geográficas -29.941594S -52.204814W.

Na propriedade, que é voltada ao cultivo de arroz e soja, foi encontrado o Sr. [REDACTED] CPF nº [REDACTED] residindo em um galpão em condições precárias de conservação, organização, conforto, higiene e limpeza. No momento da inspeção (por volta das 15 horas) o Sr. [REDACTED] não estava desenvolvendo qualquer atividade laboral. Informou que não trabalhava para o Sr. [REDACTED] e que não recebia salário, apenas residia no local porque não possuía onde morar.

O Sr. [REDACTED] foi contatado no mesmo dia via telefone celular [REDACTED], entretanto não atendeu às chamadas, nem respondeu às mensagens encaminhadas.

Na manhã do dia seguinte realizou-se inspeção em outra propriedade do Sr. [REDACTED] também voltada ao cultivo de soja e arroz, essa no município de Venâncio Aires/RS, sob coordenadas geográficas -29.591078S -52.048503W. Nem o Sr. [REDACTED] nem o Sr. [REDACTED] encontravam-se no local. Em diligências junto a um vizinho, recebemos a informação de que quem laborava no cultivo de grãos era o próprio Sr. [REDACTED], seu filho [REDACTED] e, eventualmente, um "peãozinho", conhecido por [REDACTED].

A equipe fiscal dirigiu-se então à residência do Sr. [REDACTED], localizada na Rua [REDACTED], para entrega pessoal de notificação para comparecimento em audiência presencial e apresentação de documentos. Na garagem da residência havia um veículo VW Saveiro, de placa [REDACTED] que verificou-se estar registrado em nome de [REDACTED]. Depois de algum tempo, a equipe fiscal foi recebida pelo Sr. [REDACTED] que, apesar do tratamento desrespeitoso, recebeu a notificação.

No dia 23/01/2025, o Sr. [REDACTED] compareceu à audiência designada. Negou o vínculo de emprego com o Sr. [REDACTED]. Quando questionado sobre o processo nº 0020115-72.2022.5.04.0733, disse que não gostaria de entrar nesse assunto e que pagaria o que ficasse estabelecido naquela ação trabalhista. Sobre o veículo saveiro, confirmou ser o proprietário e que teria adquirido em nome de [REDACTED] (que nem carteira de motorista possui).

Ainda no dia 23/01/2025 a equipe fiscal retornou ao local de moradia do Sr. [REDACTED] e novamente o encontrou no galpão em que vive. No momento não desenvolvia atividades laborais. O trabalhador foi novamente ouvido, ficando registrado em ata de audiência suas declarações, em resumo: de que não exerce quaisquer atividades laborativas em favor de [REDACTED]; que [REDACTED] lhe fornece moradia e alimentação em razão da relação de amizade que possuem desde a infância; que ele acompanha o Sr. [REDACTED] na outra propriedade, mas que nessas ocasiões não desenvolve atividades laborais; que não recebe benefícios do governo e que obtém recursos através de "bicos" junto a produtores de fumo da região; que possui segundo grau completo e inclusive certificado de treinamento em NR-35, porém tem encontrado dificuldades em se reinserir no mercado de trabalho. Questionado sobre a ação na Justiça do Trabalho, movida em 2021, contra o Sr. [REDACTED] informou desconhecer o processo e o advogado constituído. Assim constou: "Informado acerca do crédito que possui e das repercussões do seu depoimento nesta data, disse que entende não lhe ser devido tal valor. Questionado se já exerceu a função de gerente no período em que efetivamente trabalhou para [REDACTED] disse que não. **Nega, inclusive, o exercício de atividade laborativa no período informado na ação trabalhista, bem como no período posterior.**"

### Conclusão:

Não foram encontrados elementos suficientes à configuração do vínculo de emprego entre [REDACTED] e [REDACTED]. O trabalhador nega a prestação de serviços no período informado em ação trabalhista - a qual diz desconhecer completamente - bem como no período atual. Diante disso, sugere-se ao MPT que junte ao processo trabalhista a ata de audiência que segue em anexo.

Diante da inexistência de uma relação de trabalho, também resta afastada qualquer caracterização de trabalho em condições análogas às de escravo.

#### **Equipe de Fiscalização:**

##### **Pelo MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO:**

- [REDACTED] - Auditor-Fiscal do Trabalho - CIF [REDACTED]
- [REDACTED] Auditor-Fiscal do Trabalho - CIF [REDACTED]
- [REDACTED] - Auditora-Fiscal do Trabalho - CIF: [REDACTED]
- [REDACTED] - Motorista - Mat. [REDACTED]

##### **Pelo MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO:**

- [REDACTED] Procuradora do Trabalho
- [REDACTED] - Agente de Segurança Institucional

##### **Pela DELEGACIA DE POLÍCIA FEDERAL E SANTA CRUZ DO SUL:**

- [REDACTED], Agente de Polícia Federal, matrícula [REDACTED]
- [REDACTED] Agente de Polícia Federal, [REDACTED]
- [REDACTED] Delegado de PF, Mat. [REDACTED]
- [REDACTED] Agente de Polícia Federal, mat. [REDACTED]